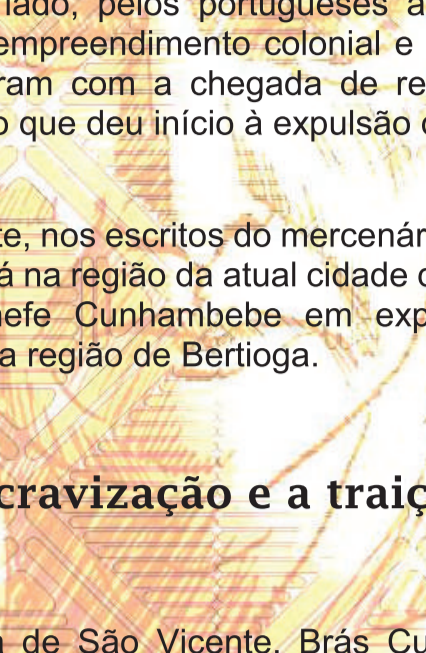


RETOMADA CUNHAMBEBE



Liberdade e Autonomia das Nações Indígenas

DA CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS À RETOMADA DE CUNHAMBEBE!

A Confederação dos Tamoios ou Guerra dos Tamoios foi muito mais que uma revolta indígena ocorrida entre 1554 e 1567 liderada pelos chefes Aimberê e Cunhambebe, da nação Tupinambá, contra os colonizadores portugueses. Foi um marco na demonstração da existência dos povos originários, que há milhares de anos vivem no território brasileiro. Mais que resistência há 500 anos, portanto, somos existência ancestral nesta terra.

No século XVI, os tupinambá ocupavam o litoral do Brasil entre Bertioiga e Cabo Frio. Além deles e dos portugueses, o conflito envolveu também colonizadores franceses e outros povos nativos (tupiniquins, guaianás, aimorés e temiminós). Estas etnias situavam-se ao longo do Vale do Paraíba e da Baía de Guanabara.

A Guerra foi travada, de um lado, pelas facções tupinambá sob o nome "Tamoios" e aliadas aos franceses que, estabelecidos na colônia da França Antártica a partir do sectionamento de 1555, disputavam a região do Rio de Janeiro com Portugal; e do outro lado, pelos portugueses aliados aos tupiniquins, que tentavam estabelecer seu empreendimento colonial e subjugar a revolta. As lutas entre os lados se terminaram com a chegada de reforços portugueses, com o capitão-mor Estácio de Sá o que deu início à expulsão dos franceses e a dizimação dos seus aliados tamoios.

A guerra é relatada, em parte, nos escritos do mercenário alemão Hans Staden, que foi prisioneiro dos tupinambá na região da atual cidade de Ubatuba por nove meses, tendo acompanhado o chefe Cunhambebe em expedições bélicas contra os portugueses e tupiniquins da região de Bertioiga.

A luta contra a escravização e a traição do colonizador

O governador da capitania de São Vicente, Brás Cubas, pretendia promover a colonização mediante a escravização de indígenas. Entre as práticas indígenas, estava o cunhadismo, pela qual um homem passava a ser membro de um determinado povo ao se casar com uma mulher pertencente a este. Por meio disto, João Ramalho, companheiro de Brás Cubas, desposou a tupiniquina Mbiria, filha do cacique Tibiriçá, também conhecida como Barfira. A colaboração dos tupiniquins com os portugueses resultou numa forte aliança que possibilitou, entre outros eventos, a fundação da vila de São Paulo, em 1554, pelos jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta ao lado de Tibiriçá.



Liberdade e Autonomia das Nações Indígenas

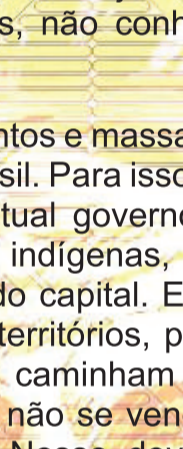
A rivalidade entre as diferentes nações indígenas, existentes previamente à invasão europeia, associada à demanda de escravos para o empreendimento da colonização, fizeram com que portugueses e tupiniquins se lançassem sobre os tupinambás e outros povos que opuseram-se belicamente ao jugo colonial. Um ataque dos portugueses à aldeia do chefe tupinambá Caiçu, resultou em seu cativo e de seu povo no território do governador Brás Cubas.

Caiçu morreu no cativo. Seu filho, Aimberê, insuflou uma revolta e de volta à aldeia de Ubatuba (Uwa-itybi), assumiu o comando do povo, declarando guerra aos colonos portugueses e seus antigos inimigos tupiniquins. Para fortalecer o levante, ele se reuniu com os membros tupinambás Pindobucu, de Iperoiç (atual Ubatuba), e Cunhambebe (pai), de Angra dos Reis, constituindo o entrincheiramento Urucumirim, no outeiro da Glória, passando a ser o chefe da Confederação dos Tamoios junto com Cunhambebe. Posteriormente, Cunhambebe assumiu a liderança da Confederação dos Tamoios e conseguiu o apoio dos povos tupinambás e aimorés. A declaração de guerra ocorreu na mesma época em que os franceses estavam chegando ao Rio de Janeiro, na intenção de colonizar territórios pertencentes aos Tupis e as partes recém-conquistadas por Portugal.

A luta de Cunhambebe inspira todas as nações indígenas

No século XVI, a nação indígena tupinambá se dividia em tribos, localizadas na faixa territorial que ia desde o rio Juqueriquerê, em Caraguatatuba, no estado de São Paulo, até o cabo de São Tomé, no estado do Rio de Janeiro, adentrando ainda pelo interior do Vale do Paraíba, entre os estados fluminenses e paulista. Cunhambebe, nascido em Angra dos Reis, era o chefe supremo dessa nação. Dotado de grande força física e destemido, era ele quem liderava todas as aldeias desse território. A presença portuguesa em São Paulo, considerada ofensiva pelos valentes caciques e, sobretudo, por Cunhambebe, por causa da ação violenta contra os tupinambás, separando as famílias e causando mortes e escravização entre os indígenas, foi o principal motivo para que os tupinambás criassem a chamada Confederação dos Tamoios, a qual possuía invejável poderio de guerra.

Na língua dos tupinambás, "Tamoia" quer dizer "o Avô, o mais velho, o mais antigo", por isso essa associação de chefes chamou-se Confederação dos Tamoios. Cunhambebe foi eleito chefe e, junto com Pindobucu, Koakira, Araral e Aimberê, declarou guerra aos portugueses. Os registros do padre José de Anchieta, indicam que para esta "reunião", tivemos a chegada de mais de duas centenas de canoas, com mais de 20 guerreiros em cada uma, além dos milhares que vinham por terra, provenientes das tribos situadas nas planícies acima da Serra do Mar.



Liberdade e Autonomia das Nações Indígenas

Para garantir sua liberdade, duas nações indígenas se associaram aos franceses, os quais haviam fundado na Baía de Guanabara uma colônia antes mesmo da fundação do Rio de Janeiro. Essa colônia, batizada de França Antártica, ameaçava a hegemonia e integridade do empreendimento português e serviria de refúgio para os protestantes fugidos das guerras de religião na Europa.

Se a batalha tivesse acontecido, os portugueses teriam sido arrasados e expulsos do litoral de São Paulo, e os franceses, que dominavam o Rio de Janeiro, teriam tomado a terra brasileira das mãos da coroa portuguesa.

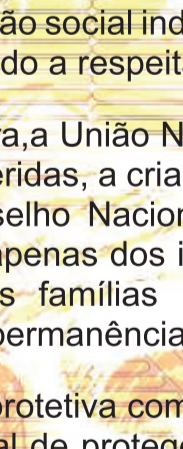
A história seria outra. Mas não houve batalha, pois Cunhambebe, assim com todos os chefes tupinambás, selaram um acordo com os portugueses, fomentado pelos jesuítas em 14 de setembro de 1563 e conhecido como "Tratado de Paz de Iperoiç". Depois de uma viagem do cacique Cunhambebe a São Vicente junto com o padre Manoel da Nóbrega, para acerto dos acordos de fim das hostilidades, os índios recolheram os arcos e flechas, em atenção às promessas de paz e convivência com os brancos, garantidas pelos jesuítas.

Cunhambebe era o mais temido dos tamoios. Muito grande, ele tinha força e coragem incomuns. Embora Cunhambebe fosse muito forte e temido, sucumbiu vítima de uma epidemia dizimada pelo contato com o homem branco, que trouxe doenças contra as quais os indígenas não tinham nenhuma resistência ou conhecimento para promover qualquer cura. Cunhambebe foi de fato um grande herói brasileiro. Atualmente, seu papel histórico está sendo revisado e discutido para que mereça o devido destaque entre os vultos de nossa história.

Alguns anos após a morte de Cunhambebe, o padre José de Anchieta teria encontrado o Cunhambebe filho em Iperoiç (atual cidade de Ubatuba) para as negociações que deram origem ao Armistício de Fim, o primeiro tratado de paz conhecido no continente americano, colocando o rio à chamada Confederação dos Tamoios, que ameaçava São Vicente e a supremacia portuguesa no sul do Brasil.

Pacificados os indígenas das proximidades de São Vicente, os portugueses atacaram os franceses que estavam instalados na Baía de Guanabara, dizimando as tribos tupinambás que ali residiam. O fato se repetiu no Cabo Frio, tendo sobrevivido os tupinambás de Ubatuba, que, fugindo para o sertão ou misturando-se aos colonos em Ubatuba, deram origem aos atuais caiçaras, na região do Litoral Norte de São Paulo.

No início do século XVII, já não havia mais nenhum tupinambá na região do Rio de Janeiro, a não ser os convertidos ao catolicismo e os utilizados como serviçais pelos portugueses.



Liberdade e Autonomia das Nações Indígenas

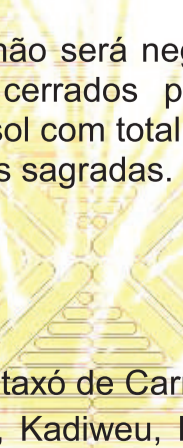
CARTA ABERTA DA MANIFESTAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

"O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O mundo não temido o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo" (Cacique Seattle, 1854).

A União Nacional Indígena busca reacender, incorporar e reafirmar valores e a compreensão do mundo vividos pelas Nações Indígenas ao longo dos tempos. As comunidades indígenas sempre buscaram alternativas singulares para o seu sustento e autonomia sociopolítica, econômica e cultural diante da inércia e ineficácia das políticas indigenistas estatais. A UNI com uma perspectiva solidária e coletiva, almeja solucionar questões advindas destas com uma perspectiva com a união efetiva das nações e auxílio de entidades governamentais e não governamentais. Temos no âmago desta luta o ideário da Autonomia dos Povos, inspirando a capacidade e a vontade das Nações Indígenas de se autodeterminar segundo uma legislação moral por elas mesmo estabelecidas, livres de qualquer fator estranho ou exógeno como uma influência subjurgante, tal como a judicialização e a burocratização dos processos demarcatórios, assim como a gestão centralizada das Políticas Indigenistas Estatais. Buscamos nas políticas que visam a sustentabilidade e a confluência das tradições indígenas para a autogestão dos territórios, não apenas no sentido de isolar-se, mas de poder relacionar-se com a sociedade envolvente com dignidade, respeito, direitos e deveres a cumprir em vários setores, e instâncias, a qualquer hora e em qualquer lugar neste país.

Considerando a pluralidade das etnias na América do Sul, não há como estabelecer um paradigma de vida único entre as Nações Indígenas. Cada qual tem em sua concepção de mundo, uma particularidade a qual deve ser respeitada em sua forma cultural e autodeclaratória. Esse modo de ver o mundo se constitui de forma coletiva e para conhecê-la é importante compreender a vida dos povos, seus saberes e seus modos de vida. Assim, vem a necessidade de lutarmos enquanto nações que no passado se reuniram e guerrearam contra os inimigos em defesa do bem maior e comum para todos os territórios. (Confederação dos Tamoios 1554-1556).

Desde o dia em que o último guerreiro longo tomou em terras fluminenses lutando por liberdade e pelo seu território, uma longa jornada de luta se passou até o dia em que a União Nacional Indígena convocou as nações parceiras a promover uma manifestação na embaixada de Portugal, em Brasília, com um chamado das vozes silenciadas dos nossos encantados, em memória da luta daqueles que se fortaleceram em Yamiixop Xohá (espírito guerreiro). Ao defender a nação indígena e lutar contra a escravização pelos colonizadores, os chefes Aimberê, Pindobucu, Koakira e Cunhambebe, deixaram o legado da mesma resistência que se reuniu 450 anos depois sob o céu de Brasília, na capital federal. Porque temos que preservar as tradições e a cosmovisão de nossos anceios, passados de geração em geração, e que hoje estão sendo ameaçados. Quando um povo está impedido de praticar seus valores, seus rituais, cultivar seus deuses, suas raízes culturais, ficam frágeis e vulneráveis ao fenômeno da globalização, apagando sua memória e



Liberdade e Autonomia das Nações Indígenas

luta. O extermínio dos povos indígenas começa quando a cultura, seus valores, rituais, divindades, memórias de vida e ensinamentos sobre a natureza são forçadas ao esquecimento pela imposição da maneira de viver da sociedade. Compreender a realidade atual do território ancestral indígena da América Latina, é importante para reavivar a memória de dor dos massacres, confinamentos, doenças, genocídio. Um verdadeiro epistemiocídio silencioso de nossas histórias contadas sob outro ponto de vista, o dos colonizadores. Hoje, cabe a todas as nações e ao mundo, o reconhecimento e agradecimento aos povos indígenas e originários da América Latina pela riqueza preservada e cuidada milenarmente. Até mesmo pelo fato de quando os não-índios chegaram em nossas terras, nós indígenas encontramos e descobrimos um povo que precisava de ajuda: não sabiam tomar banho, comer, subir em árvores para pegar frutas, não conheciam as plantas para curar suas feridas.

Dentro dessa conjuntura de sofrimentos e massacres cabe salientar uma nova forma de viver dos povos indígenas do Brasil. Para isso, devemos ser totalmente contrários às narrativas, aos propósitos do atual governo, que vem deixando explícita sua intenção de extermínio dos povos indígenas, visando a invasão e a exploração dos povos dos territórios em nome do capital. Essa forma é voltar ao colonialismo. Hoje, devemos lutar pelos nossos territórios, porque lutar pelo território é garantir direito à vida. A vida e o território caminham juntos, não se separam. Perder o território é perder nossa mãe. Mãe não se vende, não se empresta, não se mata, não se importa, não se negocia. Nosso dever é fortalecer e valorizar nossos conhecimentos tradicionais, garantir nossos saberes, nossa ancestralidade e cultura, conhecendo e defendendo nossos direitos, honrando as memórias dos que vieram antes de nós. E saber lutar da nossa forma, para potencializar a prática de nossa espiritualidade e afastar tudo o que atenta contra as nossas existências.

Devemos garantir para futuras gerações autonomia dentro dos nossos territórios pensando no bem comum para todos. A resposta de todo esse amor, carinho, respeito e compaixão sempre foi negar que existimos como nações, povos, etnias, com toda diversidade de vida que cuidamos, com todas as histórias ricas que existem, com a pluralidade de língua que falamos, com a pluralidade de cantos, pinturas, comidas, danças, com diversidade de animais que relacionamos, com a diversidade medicinal que praticamos. Cabe aos não-indígenas urgentemente rever seus valores e começar entender e encontrar-se como parte de um todo, que é nossa terra, a natureza. Caso contrário, estaremos omissos sabendo todas as maneiras possíveis de igualar os valores existimos aos saberes tradicionais existentes. Nossa participação neste planeta é curta como um sopro de rapé, aprendemos com nossos antepassados a cuidar de nossos territórios para que as gerações futuras tenham condições de existir à nossa maneira. A terra nos ensinou a viver em harmonia com a natureza, estamos em constante aprendizado. A vida é uma troca e a natureza não aceita dinheiro.

Liberdade e Autonomia das Nações Indígenas

NOTA DE CONVOCAÇÃO E MANIFESTAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - UNI

A União Nacional Indígena busca reacender, incorporar e reafirmar valores e a compreensão do mundo vivida pelas Nações Indígenas ao longo dos tempos. As comunidades indígenas sempre buscaram alternativas singulares para o seu sustento e autonomia sociopolítica, econômica e cultural diante da inércia e ineficácia das Políticas Indigenistas Estatais.

A UNI com uma perspectiva solidária e coletiva, almeja solucionar questões advindas destas com uma união efetiva das Nações Indígenas do Brasil e auxiliando as comunidades indígenas a buscar alternativas singulares para o seu sustento e autonomia sociopolítica, econômica e cultural diante da inércia e ineficácia das Políticas Indigenistas Estatais.

Buscamos nas políticas que visam a Sustentabilidade e a Confluência das Tradições Indígenas para a Autogestão dos Territórios, não apenas no sentido de isolar-se, mas de poder relacionar-se com a sociedade envolvente com dignidade, respeito, direitos e deveres a cumprir em vários setores, e instâncias, a qualquer hora e em qualquer lugar neste país.

Considerando a pluralidade das etnias na América do Sul, não há como estabelecer um paradigma de vida único entre as Nações Indígenas. Cada qual tem em sua concepção de mundo, uma particularidade a qual deve ser respeitada em sua forma cultural e autodeclaratória. Esse modo de ver o mundo se constitui de forma coletiva e para conhecê-la é importante compreender a vida dos povos, seus saberes e seus modos de vida, daí vem a necessidade de lutarmos enquanto nações em defesa do bem maior e comum para todos os territórios.

O parecer 001/2017/GAB/CGU/AGU, aprovado pela Presidência da República, insere novos pressupostos sobre conciliação de terra indígena que não estão em harmonia com os ditames da Constituição Federal e com Jurisprudência correlata do Superior Tribunal Federal. O parecer diretamente incorre em definir que as Terras Indígenas que não estiverem regularizadas, com a respectiva homologação, não receberão as políticas públicas indigenistas pertinentes. Com isso, diversas Comunidades Indígenas podem deixar de receber o tratamento adequado dos poderes públicos, em especial neste momento extremamente delicado, no que se refere aos meios de subsistência, e políticas de acesso adequado ao sistema de saúde especializado.

O julgamento primário do RE 1.017.365, por meio de decisão do Ministro Fachin, suspendeu os processos de reintegração de posse e anulação de demarcações de Terras Indígenas durante a pandemia de Covid-19 e até o julgamento definitivo do

Liberdade e Autonomia das Nações Indígenas

Recurso Extraordinário. Esta nota manifesta a proatividade das Nações Indígenas participantes da União Nacional Indígena em promover a sua capacidade de afirmação e coordenação independentemente de manifestações exteriores, sempre priorizando a vida digna e a proteção das famílias indígenas desamparadas por políticas especializadas.

Diante deste cenário averiado à existência digna das Nações Indígenas do Brasil, a União Nacional Indígena pretendendo alcançar na luta a Autonomia da Etnia Tupinambá, promoverá a Autodemarcação em dois Territórios determinados por ocupações históricas e de direito. Os Tupinambá de Olivença e do Baixo Rio Tapajós merecem e possuem o direito histórico de autodeterminar seu território e geri-lo a partir de suas tradições e costumes. A Constituição Federal bem elucida em seu Artigo 231 o resguardo da organização social indígena, a proteção de seus costumes e tradições bem como obriga o Estado a respeitá-las e protegê-las.

Assim, considerando esta conjuntura, a União Nacional Indígena requer, em defesa das Comunidades Tupinambás afetadas, a criação pela FUNAI de Grupo de Apoio, para que, juntamente com o Conselho Nacional de Direitos Humanos do Brasil (CNDH), exerçam a proteção não apenas dos interesses envolvidos, mas também da integridade física e moral das famílias participantes da Autodemarcação, principalmente com as garantias à permanência delas em segurança.

A UNI considera esta participação protetiva como essencial para salvaguardar uma ação conjunta com objetivo principal de proteger todos os envolvidos no processo de Autodemarcação de ações policiais injustificadas e truculentes. A FUNAI em respeito à assinatura do Brasil frente a Convenção nº 169 da Organização Mundial do Trabalho (OIT), a partir do Artigo 3º do Decreto Legislativo nº 143 de 2002, deve assegurar a integridade e participação dos interessados, em uma ação coordenada e sistemática, proteger e desenvolver a vontade dos indígenas, de modo que cada Nação Indígena goze de plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais, considerando sua identidade social e suas instituições.

Partimos da primazia do diálogo sobre a violência, motivo este em que se procura a comunicação direta sobre o agir das Nações da UNI junto com a FUNAI no que se diz respeito a tentativas de se minor os Direitos Indígenas, tal como o mencionado parecer no 01/2017, forma também considerada para nós, uma forma de violação frente aos fundamentos das garantias constitucionais e Direitos dos Povos Originários.

A UNI, por fim, repudia veementemente a exclusão das Nações Indígenas nos processos decisórios de seus próprios territórios ancestrais e ainda, não compactua com a judicialização destas decisões como forma de resolução dos conflitos demarcatórios. Considerando estas decisões descuidadas e precipitadas por não levarem em seu determinismo a tratativa de milhares de vidas Indígenas.

Liberdade e Autonomia das Nações Indígenas

Vamos ecoar o canto da retomada do que é nosso direito.

Autodeterminação do nosso povo não será negociada. Vamos avançar e retomar nossos rios e matas, praias e cerrados para ver nossos filhos crescerem contemplando o nascer e o pôr do sol com total independência, colhendo um futuro de paz e harmonia em nossas terras sagradas.

Salve todas as nações indígenas!

Salve os Pataxó de Barra Velha, Pataxó de Carmésia, Pataxó HãHãHãe Caramuru, Pataxó do Rio de Janeiro, Aimoré, Kadivuu, Kaiaipo, Baré, Baniwa, Kariri, Kairiri Sapuyá, Krenak, Kuiduku, Xavante, Kamakã Mongoio, Kambiwa, Botocudo, Baniã, Tupinambá, Krenak, Kuiduku, Arariuns, Yanomama, Xukuru, Maytapu, Tupiniquim, Tapuia!

Aos povos!
Direção Nacional da UNI

Liberdade e Autonomia das Nações Indígenas